

PROVISÓRIO

Sumário

PARTE I

PRELIMINARMENTE.....	13
1. Sobre a obra e seus autores	13
2. Antes do processo, seus sujeitos: notas sobre partes e profissionais jurídicos	15
3. Um direito processual de família? Flexibilidade procedimental e técnicas processuais para tutela das relações familiares	23

PARTE II

PARTE GERAL.....	31
1. Competência.....	31
1.1 Possível conflito de competência entre o foro do guardião do filho e o foro da vítima de violência doméstica	35
1.2 Competência do Juizado Especial de Violência Doméstica para ações de família fundadas em situação de violência	38
2. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	44
3. Gratuidade da Justiça.....	50
4. Valor da Causa.....	55
5. Negócios jurídicos processuais	61
5.1 Calendário processual	62

5.2	Organização do processo.....	63
5.3	Convenção sobre ônus da prova	64
5.4	Convenções processuais atípicas.....	65
5.4.1	Cláusula de paz	68
5.4.2	Cláusula de não judicialização (<i>pactum de non petendo</i>)	69
5.4.3	Cláusula de preservação da intimidade compartilhada.....	70
5.4.4	Cláusula de comunicação processual facilitada	72
5.4.5	Cláusula de mediação ou conciliação prévia por representantes convencionais.....	72
5.4.6	Cláusula de distribuição de despesas processuais	72
5.4.7	Cláusula de não aplicação da prisão civil (<i>pactum de non exequendo</i>)	73
6.	Litigância de má-fé, abuso do processo e assédio processual.....	75
7.	Intervenção de terceiros	79
7.1	Desconsideração inversa da personalidade jurídica (<i>Disregard</i>)	79
7.2	Intervenção dos coobrigados a prestar alimentos (CC, art. 1.698)	86
8.	Atuação do Ministério Público nas demandas de família	93
9.	Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> em ações de família	103
10.	Tutela provisória.....	106
10.1	Tutela de urgência cautelar.....	107
10.2	Tutela de urgência antecipada ou satisfativa	111
10.2.1	Divórcio liminar e divórcio unilateral	116
10.2.2	Tutela antecipada de alimentos.....	131
10.3	Tutela da evidência	132

PARTE III

PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	135
1. Petição inicial	135
1.1 Interpretação dos pedidos e pedido implícito	142
1.2 Pedido genérico	147

1.3	Cumulação de pedidos	149
2.	Citação	153
3.	Resposta do réu	156
3.1	Revelia nas ações de família	156
3.2	Reconvenção e ações de natureza dúplice	159
4.	Provas	162
4.1	Distribuição dinâmica do ônus da prova	162
4.2	Prova ilícita nas demandas familistas.....	170
4.3	Produção antecipada de provas.....	177
4.4	Prova testemunhal.....	188
4.5	Prova pericial e a importância do assistente técnico	191
4.6	Perícia psicológica e a necessária revisão da Resolução n. 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia	196

PARTE IV

EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	201
1. Execução e cumprimento de sentença.....	201
2. Técnicas executivas para satisfação do crédito de alimentos.....	204
2.1 Coerção pessoal (prisão civil).....	209
2.1.1 Justificativa para afastamento da prisão civil.....	216
2.1.2 Casos excepcionais de descabimento a priori da prisão civil.	221
2.2 Constrição patrimonial (penhora).....	224
2.2.1 Desconto em folha de pagamento e penhora de salário e equivalentes	228
2.2.2 Penhora bem de família.....	232
2.2.3 Penhora FGTS e PIS	234
2.2.4 Outros ativos penhoráveis: milhas aéreas, pontos em programas de fidelidade, criptomoedas e previdência privada...	235
2.3 Coerção indireta	239

2.3.1	Protesto do pronunciamento judicial	239
2.3.2	Averbação premonitória	241
2.3.3	Medidas executivas atípicas	242
3.	Cumprimento de sentença de guarda e convivência	247
3.1	Aspectos objetivos e subjetivos do título executivo judicial.....	248
3.2	Consensualidade nas ações de família e mitigação da separação de atividades cognitivas e executivas.....	251
3.3	Atuação das equipes multidisciplinares e possibilidade de designação de curador especial para defesa dos interesses da criança	255
4.	Técnicas executivas para a efetivação do cumprimento de sentença de guarda e convivência familiar	259
3.4.1	Técnicas executivas para abuso do direito parental.....	261
3.4.2	Técnicas executivas para omissão do dever parental	264

PARTE V

RECURSOS	271
1. Apelação	271
1.1 Fatos novos e novas alegações de fatos pretéritos.....	274
1.2 Teoria da causa madura	277
1.3 Sustentação oral.....	281
2. Agravo de instrumento.....	286
3. Agravo interno	292
4. Embargos de declaração	297
5. Recurso extraordinário e recurso especial	300
5.1 Questões de fato e questões de direito	304
5.2 Prequestionamento e o acesso aos Tribunais Superiores	306
REFERÊNCIAS	313